



MOÇAMBIQUE

## Mudanças não virão num passo de mágica

Os partidos e a campanha eleitoral parecem caminhar firmemente para seu primeiro desfecho em 27 e 28 de outubro. Contudo, o país prosseguirá a atual experiência de um longo e difícil processo de aprendizagem e construção de uma nova cultura, pluralista e democrática, na qual a cidadania deverá ser fundamentada no exercício de direitos e deveres, livre opinião, informação e participação. Essas propostas democráticas são comumente muitos convidativas e sedutoras, mas suas aplicações não podem ser confundidas com passes mágicos.

A costura dos acordos de cúpula – e de loteamento/distribuição de grandes interesses – está sendo realizada amarrada à imposição dos instrumentos democráticos e da economia de mercado. Por caminhos frágeis, democracia e capitalismo avançam desajeitadamente entre misérias humanas crescentes e cristalinas.

Do ponto de vista econômico, prosseguem as medidas de reajustamento estrutural acompanhada da pobreza absoluta, talvez até o ponto em que não seja mais possível “apertar o cinto”. A redução da despesa pública com educação e saúde é outra consequência da busca do equilíbrio econômico-financeiro. Enquanto isso, as

perspectivas de aumento da inflação (foi acima de 40% em 1993) se concretizam. Em junho deste ano, os cinco produtos tidos como essenciais foram tabelados pelo governo com seus preços máximos: milho (700 meticais), arroz (2.400 meticais), açúcar (4.350 meticais), óleo comestível (6.500 meticais) e farinha de trigo (2.600 meticais). Mas é na economia informal, com suas próprias leis e canais de abastecimento, onde encontramos alguns daqueles produtos essenciais com exorbitantes preços de mercado.

No espaço político-partidário, os candidatos falam, ameaçam-se mas dificilmente conseguem esconder suas incompetências, ambições pessoais e desejos lobísticos pelo poder. Os cerca de 15 partidos registrados (muitos ainda sem programas consistentes) brigam pela melhor forma de dividir o bolo de US\$ 3,5 milhões do Trust Fund dos doadores para alicerçar o multipartidarismo.

Quanto aos militares, seguem reivindicando salários em atraso, a desmobilização ou a reintegração no novo exército, direito de votar nas futuras eleições etc. No que diz respeito a esse grupo, destaco dois fatos que deveriam prender nossa atenção: nas bases ou zonas sob controle da Renamo,

parece não haver a “democracia” pela qual Afonso Dhlakama diz que aquele movimento tanto lutou; por outro lado, há cada vez mais suspeitas de que a Frelimo e a Renamo estão mantendo homens e armas escondidos.

E como anda o mundo das pessoas comuns? Neste, as graves condições sociais podem ser medidas com alguns fatos da vida cotidiana. Em diversas partes do território moçambicano despontam a fome, a escassez de chuvas, pragas de ratos que destroem culturas, estradas destruídas, desvios de produtos doados pelas ONGs, falta de escolas, hospitais e cantinas, desemprego... e, dentro deste mundo catastrófico, ainda há grande número de crianças perdidas, sem famílias e traumatizadas pela guerra, quando então eram raptadas pela Renamo.

Apesar de tudo, acreditamos na capacidade e insistência dos povos em sobreviver e se reproduzir. Por outro lado, deveríamos perguntar por quanto tempo dura o segredo que os homens possuem para manter viva a pomba da paz em situações tão difíceis.

Edson Borges  
(Pesquisador do CEAA)

### — NESTA EDIÇÃO —

- Abertura do ANC à juventude e aos boers 2
- A segunda posse de Mandela 2
- Caso Roldán embaraça angolanos 3
- Quadros cabo-verdianos reúnem-se em Lisboa 4
- Independentistas de Cabinda pedem intervenção de Portugal 5
- Laboratórios portugueses apostam em África 5
- Coabitação ameaçada 6
- O novo olhar para África 7
- Acusações a “Nino” azedam campanha 7
- “Os desertores são os heróis de Angola” 8
- Guerrilha institucional 8
- Mandela aceita ser mediador em Angola 9
- África do Sul voltou à ONU 9
- Não há dinheiro para segunda volta 10
- Entre a guerra persistente e a paz esquiva 10
- Deputado cabo-verdiano foge para Portugal 11
- Tudo preparado para o pior 12
- Guerra e esforços de conciliação 12
- Paz e desenvolvimento 13
- Bombardeamento no Huambo durante a visita de Tony Hall 14

Dezoito anos depois do levantamento do Soweto

## Abertura do ANC à juventude e aos boers

O PRÉSIDENTE Nelson Mandela, no aniversário do levantamento estudantil do Soweto que, em 1976, ajudou a isolar o regime de "apartheid", afirmou ontem a juventude negra da África do Sul que deve voltar à escola.

Na mesma data, o vice-presidente Thabo Mbeki, também ele do ANC, empossou em Pretória o conselho de 20 elementos que deverá procurar a melhor forma de satisfazer as reivindicações da extrema-direita boer, que pretende um Estado administrado por brancos e onde se preserve a cultura afrikaner.

"O Governo está convencido de que entre os primeiros desafios que se nos deparam está o de inculcar a cultura do ensino", disse Mandela num comício de mais de quatro mil pessoas, num estádio do Soweto, que fica a cerca

de 20 quilómetros de Joanesburgo. Uma geração de negros sul-africanos não teve uma educação adequada devido ao "apartheid", ao boicote às aulas e à falta de instalações adequadas para a maioria da população.

"Herdámos do 'apartheid' tendências tão terríveis como a proliferação de grupos de criminosos, armas e drogas em algumas das nossas escolas. Isto não pode continuar. A disciplina é fundamental para a solução destes problemas", declarou o Presidente da República, que dirige o Governo de Unidade Nacional formado no mês passado.

Antes disso, centenas de jovens haviam-se concentrado num monumento a Hector Peterson, de 13 anos, abatido a tiro no dia 16 de Junho de 1976 e que se tornou um símbolo do levantamento estudantil. A revolta foi motivada por tentativas do Governo da minoria branca para tornar obrigatório o afrikaans, língua dos europeus que em

séculos anteriores tinham ido da Holanda, da França e da Alemanha para colonizar o vasto espaço que é hoje a África do Sul.

### Hipóteses de um "Volkstaat"

Ao mesmo tempo que Mandela prestava homenagem à juventude negra e a incitava a estudar, fosse em que língua fosse, incluindo o inglês, o zulu e o xhosa, o seu braço direito no Governo afirmava que não é possível ditar a lei aos nacionalistas boers que pretendem a autodeterminação, no âmbito de um "Volkstaat". Ou seja, o ANC vai dar seguimento às promessas eleitorais, feitas aos defensores relativamente moderados dessa pretensão, de um Estado próprio para quem se criou dentro das tradições afrikaners, ou boers.

O general Constand Viljoen, antigo chefe do Estado-Maior das Forças

Armadas Sul-Africanas, aceitou liderar uma Frente da Liberdade que foi às urnas sob a promessa de que depois se estudaria a viabilidade do tal "Volkstaat". Não chegou a obter sequer cinco por cento dos votos expressos de 26 a 29 de Abril, mas, mesmo assim, o diálogo mantém-se de pé.

"Gostaríamos de prestar sincera homenagem aos que salvaram o país de um conflito que teria sido muito destrutivo", sublinhou ontem Thabo Mbeki, referindo-se à Frente que colocou travão no aventureirismo dos boers mais extremistas, tipo Ferdinand Hartzenberg e Eugène Terre'Blanche.

"Economicamente, não podemos separar-nos do resto da África do Sul. Tem de ser encontrada uma solução que funcione", reconheceu na ocasião o general Viljoen, segundo o qual o "Volkstaat" nunca poderá ser uma entidade inteiramente à margem do resto do país, mas antes uma forma de preservar a cultura ancestral. ■

PÚBLICO, 17.6.94

## A segunda posse de Mandela

EXPRESSO, 18.6.94

NICOLE GUARDIOLA

NELSON Mandela teve esta semana a sua segunda festa de investidura, na presença de mais de 40 chefes de Estado africanos reunidos em Tunes para a 30ª Cimeira da Organização de Unidade Africana (OUA). O líder da OLP, Yasser Arafat, convidado de honra, foi a segundo estrela da reunião, a que assistiu também o secretário-geral da ONU, Butros Butros-Ghali.

O primeiro Presidente negro da África do Sul foi, logo à chegada, aclamado por todos os seus pares como o maior dos líderes africanos, por mérito próprio e como representante da maior potência regional, a tal ponto que chegou a ser sugerida a sua eleição como presidente da OUA. Tal não aconteceu, porém, e o novo presidente eleito foi o anfitrião da reunião, o Presidente tunisino, Zine El Abidine Ben Ali.

Mas Mandela não se dei-

xou embalar pelos aplausos e os elogios, e pronunciou um dos discursos mais duros de que há memória nos anais da Organização. Invocou a Antiguidade e a destruição de Cartago pelas legiões romanas, para celebrar o renascimento da Ifríquiya, a província que deu o seu nome a todo o continente.

Os africanos só serão efetivamente grandes e livres quando deixarem de atribuir as culpas das suas desgraças a bodes expiatórios, procurando neles próprios a causa e a solução dos seus problemas. O Presidente sul-africano tomou o exemplo do Ruanda, para denunciar, com idêntica veemência, os protagonistas directos do genocídio e a passividade e a impotência dos outros estados africanos, bem como a sua automarginalização da solução de outros conflitos sangrentos: Angola, Sudão, Somália...

Mandela honrou as suas obrigações do Prémio Nobel

da Paz celebrando dezenas de encontros bilaterais à margem da reunião e procurando actuar como mediador para resolver conflitos e reconciliar adversários. Mostrou especial empenho em pôr termo à guerra em Angola e as suas largas conversas com os presidentes de Angola e do Zaire produziram alguns resultados. Embora não se tivesse realizado o anunciado encontro a três, o Presidente José Eduardo dos Santos anunciou, à sua chegada a Luanda, a próxima realização de um encontro bilateral ao mais alto nível em que serão abordados todos os pontos do contencioso entre os dois países, incluindo o apoio militar e logístico que, segundo Luanda, Mobutu Sese Seko continua a prestar à UNITA.

A admissão da África do Sul e a situação no Ruanda dominaram por completo esta assembleia da OUA, comemorativa do trigésimo aniversário da organização,

que os mais optimistas consideram ter sido «a cimeira da re-fundação» ou a do nascimento da «OUA II».

Sem meios humanos nem financeiros, reduzida a um papel quase insignificante no intervalo das cimeiras, a OUA vegeta tristemente entre os muros e os altos tetos do seu palácio de Addis Abeba, construído pelo Negus Haile Selassie, o «Rei dos Reis», e por onde passaram todos os «pais fundadores» das independências africanas.

A presença de muitas caras novas na cimeira de Tunes autoriza, porém, tímidas esperanças de mudança. «Chegou a hora de largar as armas e esquecer as nossas divergências para dar a prioridade aos problemas económicos», disse um dos «estrangeiros». O secretário-geral da ONU deixou a todos uma recomendação: «Procurem resolver os vossos problemas pelos vossos próprios meios.»

# Caso Roldán embaraça angolanos

EXPRESSO, 18.6.94

OS ROCAMBOLESCOS passos da fuga de Luis Roldán, ex-vice-director-geral da Guarda Civil espanhola procurado pela Justiça do seu país, não embaraça apenas o Executivo de Felipe González. Esta semana, foi a vez do próprio Governo de Luanda, que se viu obrigado a desmentir por duas vezes a presença do ex-director-geral no país, para não colocar em perigo as relações com Madrid.

Em causa esteve a reportagem publicada na quinta-feira pelo jornal espanhol «Informaciones de Madrid», que afirma peremptoriamente que Roldán está em Angola. Os dois enviados especiais a Luanda que assinam o artigo, Manuel Marlasca García e Guillermo Valadés, afirmam que o viram pessoalmente num bar em Luanda e que detectaram sinais da sua presença até dia 5 de Junho num dos hotéis da capital.

Segundo dizem, Roldán (o diário «El País» anunciou ontem a descoberta de uma conta secreta na suíça em seu nome no valor de 2000 milhões de pesetas), que se fazia acompanhar de agentes da segurança e se deslocava em carros com matrículas oficiais, apresentava-se nos lugares públicos como cidadão cubano importador de marfim. Aparentemente, saiu de Luanda «para uma cidade próxima», ao mesmo tempo que os dois jornalistas regressavam a Madrid. De acordo com os repórteres, «a apenas 50 km de Luanda encontram-se já as posições da UNITA», o mesmo movimento que, quarta-feira, denunciou a presença de Roldán em Luanda sob protecção.

A informação não mereceu grande credibilidade em Madrid, que coloca em causa a sua veracidade e a facilidade com que foi obtida. O EXPRESSO apurou que os jornalistas terão sido induzidos a fazer a reportagem por alguém que oferecera primeiramente história a outros jornais mais prestigiados em Espanha, nomeadamente o «El País», que recusou.

Mas o assunto obrigou a própria Presidência de Angola a emitir um comunicado na quinta-feira, negando a presença de Roldán e a sua eventual ligação a dirigentes e autoridades angolanas num alegado negócio de armamento e acusando a propaganda da UNITA de se ser-

vir do assunto. De acordo com o comunicado, «todos os acordos e contratos entre Angola e Espanha situaram-se sempre a um nível institucional, não envolvendo quaisquer pessoas, grupos ou entidades privadas».

## Confusão e especulação

A presença em Luanda dos dois jornalistas causou, entretanto, grande confusão e muita especulação entre os meios policiais angolanos que, segundo apurou o EXPRESSO, chegaram a admitir a hipótese de os expulsar, acabando por se abster de qualquer intervenção para não «tornar ainda mais cinzento o tratamento de um assunto extremamente delicado para Luanda e Madrid».

Uma fonte policial revelou que os dois jornalistas tinham sido conotados com elementos da própria Guarda Civil espanhola envolvidos numa missão clandestina de investigação. Ambos se haviam declarado na polícia de fronteira como «homens de negócios» representantes de uma empresa luso-espanhola interessada em fazer negócios. A sua insistência em tentar descobrir o paradeiro de Luis Roldán acabou por levantar as suspeitas do serviço de segurança, que os vigiou de perto.

A mesma fonte referiu que o facto de Angola ter comprado armas a Espanha «era motivo bastante para não dar cobertura a um elemento que é perseguido pelas autoridades oficiais do seu país, por prática de delitos fiscais e de desvio de fundos estatais».

As suspeitas de ligação a Angola do antigo director-geral da Guarda Civil, organismo oficialmente responsável pela formação, equipamento e equipamento da polícia de emergência angolana («Ninjas»), acentuaram-se depois de ser conhecido que o ministro do Interior e comissário-geral da Polícia, André Pitra, «Petroff», tinha suspendido «in extremis» uma visita a Madrid para se encontrar com Luis Roldán, seu interlocutor na então qualidade de director-geral daquela Guarda.

LUÍSA MEIRELES  
com GUSTAVO COSTA,  
em Luanda

# Luanda irada com imprensa

EXPRESSO, 18.6.94

UMA VERDADEIRA cruzada contra os jornalistas está a ser desencadeada por alguns círculos do poder em Angola, «irritados» com o aumento do número das denúncias na imprensa sobre o envolvimento de destacadas figuras públicas em casos de corrupção e arbitrariedades. O correspondente do «EXPRESSO» em Angola, Gustavo Costa, parece ser a terceira vítima.

A pretexto de uma sua crónica enviada em Dezembro para a rádio inglesa BBC, de que é colaborador, Gustavo Costa foi acusado pela ministra dos Petróleos, Albina Assis, de «crime de difamação» por ter admitido que a governante «teria indevidamente dado assentimento à utilização de verbas consideradas reserva de Estado» e, em consequência, poderia vir a ser exonerada.

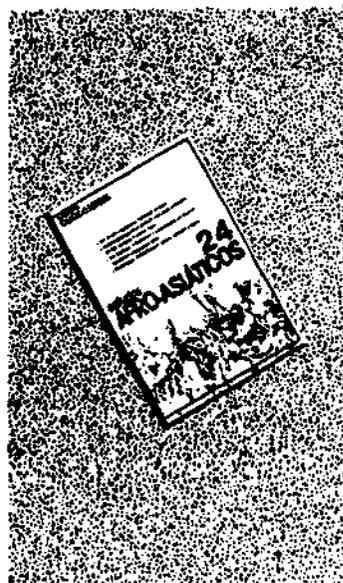
O jornalista, que interpôs recurso, aguarda em liberdade o julgamento, que foi adiado para Julho. Mas o caso é seguido com expectativa pela opinião pública, na medida em que pela primeira vez o desfecho de um julgamento poderá pôr à prova a independência e imparcialidade do poder judicial em Angola.

Isso mesmo foi salientado pelo director do «EXPRESSO», José António Saraiva, que, numa entrevista à rádio «France-Internacional» a propósito do caso, afirmou que Gustavo Costa está a ser condenado «exactamente por aquilo que Angola deveria privilegiar neste momento: um jornalismo isento, de rigor, objectivo e independente».

Um outro correspondente da BBC, mas dos serviços em língua inglesa, Christopher Simpson, acaba também de ser punido com uma multa de 15 milhões de kuanzas (cerca de 17 contos), depois de ter sido retido durante quatro dias, por ter tentado entrevistar no jardim das instalações da Polícia Judiciária quatro cidadãos sul-africanos ali detidas por alegado tráfico de cocaína.

Por esclarecer continua também o julgamento do correspondente da revista portuguesa «Visão», William Tonet, que há dois meses viu o seu nome envolvido num eventual crime de violação de uma menor. Tonet exigiu a reposição da verdade, mas o processo foi dado como «desaparecido» e a decisão final foi protelada pela justiça, por suposta pressão de duas altas patentes do Exército governamental, segundo uma fonte independente.

Outros dois jornalistas angolanos, o correspondente em Cabinda do «Jornal de Angola», João Mavinga, e o operador de câmara da televisão local, Francisco Pino, foram recentemente detidos e violentamente espancados, sem qualquer explicação oficial.



## Briosa e Gala em Angola

PÚBLICO, 17.6.94  
O SECRETARIO de Estado da Cooperação, Briosa e Gala, foi ontem recebido em audiência pelo primeiro-ministro angolano, Marcelino M'loco, com quem trocou ideias sobre a actual situação em Angola. Briosa e Gala, que se inteirou sobre o processo negocial de Lusaça, segundo uma fonte citada pela Lusa, garantiu ao chefe do Executivo angolano que Portugal "tudo fará" para que o protocolo a ser assinado na capital zambiana seja duradouro. ■

## Quadros caboverdianos reúnem-se em Lisboa

A DIÁSPORA caboverdiana de sucesso vai reunir-se em Lisboa, vinda das quatro partes do mundo, para debater formas de apoio ao desenvolvimento ao país de origem. A concretização do I Congresso dos Quadros Caboverdianos da Diáspora é fruto, na opinião dos organizadores, de uma mudança de atitude da elite de emigrantes de nível cultural mais elevado, economicamente sucedidos e bem integrados nas sociedades de acolhimento, entre os quais tem vindo a amadurecer a vontade de ajudar a terra-mãe.

A participação em projectos de cooperação com Cabo Verde e o estudo da viabilidade de uma fundação internacional com esse objectivo estão na agenda dos cerca de 400 participantes esperados, entre técnicos, quadros, empresários e dirigentes associativos. Virão dos Estados Unidos, Portugal, Senegal e Angola — os países onde a comunidade caboverdiana é maior —, mas também da Holanda, França, Itália, Argentina, Brasil e de muitos outros países.

### Melhorar a ajuda de «fotocópia»

Preparado por uma comissão presidida por Lucas

Filipe da Cruz (administrador da Cimpor), o Congresso decorrerá entre 29 de Junho e 1 de Julho. A presença dos Presidentes da República de Cabo Verde e de Portugal e dos respectivos primeiros-ministros é sinal de importância institucional atribuída ao encontro.

Ao contrário dos emigrantes mais pobres, que continuam a pensar no retorno, a maioria dos quadros caboverdianos no estrangeiro optou por se radicar nos países de acolhimento. «Quando muito, alguns pensam em voltar a Cabo Verde depois de reformados», diz Arnaldo Andrade, ex-presidente da Associação Caboverdiana em Portugal e membro da comissão organizadora do Congresso.

A «massa cinzenta» assim espalhada pelo mundo pouco tem contribuído para o desenvolvimento de Cabo Verde. E a maioria dos projectos de cooperação internacionais no arquipélago acabam por ser uma espécie de «fotocópias» de projectos da ONU para apoio aos países do Terceiro Mundo, com os quadros e entidades neles envolvidos a precisarem de tempo para se adaptarem, no terreno, às realidades e ritmos locais. O

envolvimento nestes projectos da «diáspora técnica» concededora das ilhas e das suas gentes é a principal aposta dos promotores do Congresso.

Mas também estará em debate o apoio à integração dos «outros» caboverdianos, a massa de emigrantes pobres, nos países de acolhimento. O objectivo é dar expressão à capacidade potencial de «lobbying» dos quadros no exterior junto dos poderes de Cabo Verde e dos países de emigração. E fazer frutificar iniciativas locais, de que é exemplo, em Portugal, o lançamento recente de uma associação dedicada à formação profissional de emigrantes caboverdianos.

Segundo Arnaldo Andrade, a disponibilidade dos emigrantes de sucesso para a cooperação é uma novidade. «O despertar deu-se com Schengen e a discussão em torno da imigração e da xenofobia», afirma.

### «Andarilhos do Império»

Sendo o primeiro encontro do género, foi também uma ocasião para se iniciar

o levantamento dos quadros originários de Cabo Verde espalhados pelo mundo. Cerca de dois mil convites foram enviados. E, como fruto do recenseamento, será publicado em livro uma espécie de «Who's Who» da diáspora.

Em Portugal, a maioria dos quadros de origem caboverdiana possui a nacionalidade portuguesa. Chegaram em 1975 e 76, vindos de outras antigas colónias, onde já ocupavam funções na administração ou na economia. Uma espécie de «andarilhos do Império», nas palavras de Arnaldo Andrade. Mas que nunca deixaram de ser caboverdianos como «maneira de estar», pelo apego a raízes culturais.

Paralelamente ao Congresso, estará patente na galeria da Caixa Geral de Depósitos uma exposição de cultura caboverdiana, organizada pelo pintor Kiki Lima. Numa das secções serão exibidos, pela primeira vez, instrumentos, partituras e objectos relacionados com a música de Cabo Verde, desde as origens à actualidade.

FREDERICO CARVALHO

Livro de Salgueiro Maia

## 'Guerra em África estava perdida'

EXPRESSO, 18.6.94

A GUERRA estava perdida. Esta é, porventura, a principal ideia-força de uma colectânea de textos de Salgueiro Maia, publicada sob o título genérico de *Capitão de Abril* — *Histórias da Guerra do Ultramar e do 25 de Abril*.

Antes de ter enfileirado no movimento dos capitães, que depôs o regime de Marcello Caetano, Fernando Salgueiro Maia fez duas comissões na África portuguesa: a primeira em Moçambique, a outra na Guiné. É baseado na sua experiência militar nos dois teatros de guerra que o principal herói do 25 de Abril considera que, à data, as Forças Armadas portuguesas estavam perante «uma previsível derrota militar».

A colectânea inclui diversos textos inéditos. O escrito mais interessante é sem dúvida o intitulado «Crónica dos Feitos por Guidage» — uma autêntica reportagem sobre a batalha em torno daquele aquartelamento do Norte da Guiné, junto à fronteira com

o Senegal, uma das mais mortíferas e disputadas batalhas dos dez anos de guerra no território. Ocorreu em Maio de 1973 — quatro meses depois do assassinio de Amílcar Cabral e outros tantos antes da declaração unilateral de independência pelo PAIGC. Salgueiro Maia recorda que foi em Guidage que «compreendi como foi possível Dien-Biem-Phu», a famosa batalha que marcou a derrota francesa no Vietname. E era Guidage que vinha à memória de Maia «sempre que um senhor general da 'brigada do reumático'» sustentava «que 'a guerra estava ganha'».

Num outro texto, Salgueiro Maia frisa que, a partir de 73, a situação militar na Guiné e em Moçambique era caracterizada por uma «exaustão de meios». Segundo ele, «o material é inferior ao do inimigo em quantidade e qualidade», ao mesmo tempo que se combate «esperando uma solução política que

não vem».

O homem que forçou a rendição de Marcello é severo para a hierarquia das Forças Armadas: «Muitos oficiais dos quartéis-generais» estavam «absolutamente à margem de como funcionava uma guerra tipo subversiva. [...] Quase se pode dizer que, para muitos oficiais operacionais havia mais receio das ordens infelizes dos oficiais de Estado-Maior do que dos ataques do inimigo». Em contrapartida, «a nossa grande arma» foi «a capacidade de sacrifício e a rusticidade do soldado português; poucos exércitos conseguiram suportar tanto tempo uma guerra daquele tipo com a falta de meios que nos é característica».

Em nenhum dos textos agora publicados Salgueiro Maia se pronuncia sobre a forma como a descolonização decorreu. Inquestionável, porém, é o direito à independência: «Os povos das ex-colónias tinham tanto di-

reito à sua independência como nós em 1140 quando lutávamos para ser independentes de Castela, apesar de falarmos a mesma língua e termos em comum a mesma religião, cor de pele e praticamente os mesmos costumes».

Símbolo mais nobre do movimento dos capitães, Salgueiro Maia morreu a 3 de Abril de 1992, sem que o Governo tenha respondido ao seu requerimento no sentido de lhe ser concedida uma pensão por serviços distintos.

O livro, com a chancela da Editorial Notícias, foi lançado na quarta-feira, na Biblioteca Museu República e Resistência. O apresentador da obra foi o tenente-coronel Vasco Lourenço, que, num depoimento inserto no livro, propõe a promoção de Salgueiro Maia «por distinção e a título póstumo».

JOSÉ PEDRO CASTANHEIRA

## Independentistas de Cabinda pedem intervenção de Portugal

EXPRESSO, 18.6.94

N'ZITA Henriques Tiago, presidente da Frente de Libertação do Enclave de Cabinda-Forças Armadas de Cabinda (FLEC-FAC), endereçou, no fim de Maio, três cartas a Mário Soares, Cavaco Silva e Durão Barroso, nas quais pede a intervenção do governo de Lisboa para encontrar «possíveis formas de solução pacífica» para a guerra no enclave petrolífero.

Nas cartas a que o EXPRESSO teve acesso, N'Zita Tiago pede uma audiência a Cavaco Silva e a Mário Soares.

Na missiva dirigida ao primeiro-ministro, o líder da FLEC-FAC refere-se ao encontro que teve, em Paris, no

dia 25 de Fevereiro deste ano com o Presidente angolano, José Eduardo dos Santos, indicando que este lhe propôs então um cessar-fogo «para iniciarmos negociações conducentes a uma

solução do diferendo que nos opõe sobre o território» — uma proposta que N'Zita diz ter aceite sem pré-condições. Mas, segundo a carta, Eduardo dos Santos não deu seguimento ao primeiro contacto. «Pelo contrário, no terreno, observa-se um insuportável clima de guerra, com massacres de populações».

Na carta a Durão Barroso, N'Zita Tiago pede a ajuda da diplomacia portuguesa «para que seja organizado no território de Cabinda um referendo livre e democrático» sobre o futuro do enclave e compara a situação no território à de Timor-Leste.

Nas três cartas, o presidente da FLEC-FAC atribui responsabilidades a Portugal pela actual situação em Cabinda. «Ficava expresso no Tratado de Simulambuco de 1 de Feverei-

ro de 1885 que Portugal não cederia nenhuma das parcelas de Cabinda a qualquer outra nação comprometendo-se a defender a integridade territorial do Enclave», lê-se na exposição a Mário Soares.

Entretanto, num relatório interno de um comandante da FLEC-FAC sobre a situação no terreno, datado de 3 de Junho, a que o EXPRESSO teve acesso, diz-se que a UNITA ocupou algumas localidades das quais as forças governamentais angolanas se retiraram após ataques dos independentistas. «Desde a retirada das FAPLA de Chivolo, Luvetchi, Micuma I, II e III, os soldados da UNITA que tinham entrado, a 15 de Maio, em Belize, vindos do Sul de Cabinda onde têm a sua base, tomaram o lugar das FAPLA», lê-se no relatório assinado pelo «Comandante Veras».

### INDÚSTRIA FARMACÉUTICA

## Laboratórios portugueses apostam em África

EXPRESSO, 18.6.94

A INDÚSTRIA farmacêutica portuguesa aposta nos mercados africanos, em particular na Costa do Marfim, como placa giratória para ganhar posições nos países da África Central e Ocidental, onde as empresas francesas operam actualmente em situação de quase monopólio.

Uma delegação nacional, presidida por Manuel Saraiva e constituída por representantes dos laboratórios Azevedos, Labesfal e Almiro, que se deslocou a Abidjean na primeira semana de Junho, constatou o forte interesse dos responsáveis pela política de Saúde e Assuntos Sociais da Costa do Marfim em se libertarem da excessiva dependência francesa em matéria de importações e esta-

belecer acordos de «joint-ventures» com vista à criação de um embrião de indústria nacional.

Na carta de intenções entregue ao ministro da Saúde da Costa do Marfim, Maurice Kakou Guikahué, a delegação portuguesa realçou a «capacidade técnica e industrial portuguesa para a produção da generalidade de medicamentos necessários para incrementar o nível de saúde pública na Costa do Marfim» e a experiência directa adquirida «na implementação de unidades industriais em África, com projectos realizados e em actividade em Cabo Verde e Angola».

As vantagens deste tipo de cooperação — redução dos custos dos medicamen-

tos, maior autonomia nacional e possibilidade de exportar para os países africanos vizinhos — foram positivamente apreciados pelo Governo da Costa do Marfim, tendo o ministro Kakou Guikahué declarado esta semana ao diário governamental «Fraternité Matin» que «a Costa de Marfim não é coutada de ninguém» e que tenciona dar «preferência às empresas que ofereçam os melhores produtos aos melhores preços».

Por sua vez, Tahar Miranda, dos Laboratórios Azevedos, disse ao EXPRESSO que a Costa do Marfim constitui uma excelente porta de entrada para as empresas interessadas em novos mercados africanos fora da área tradi-

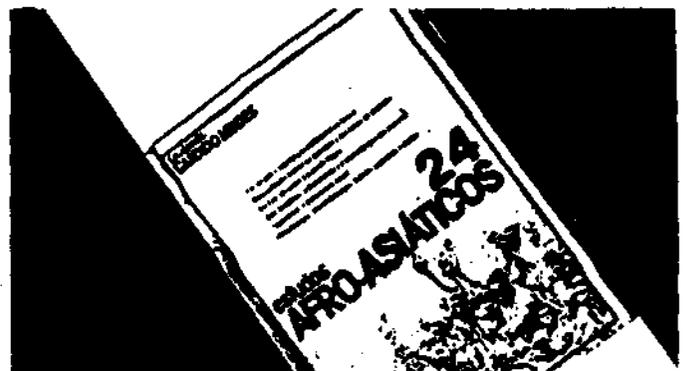
cional dos PALOP, dado o nível «razoável» da cobertura médica em termos de cuidados básicos, as infra-estruturas que possui e «a posição estratégica que ocupa como charnelira entre os países francófonos e anglófonos da região».

Com o «agrément» das autoridades da Costa do Marfim, uma nova missão técnica portuguesa deslocar-se-á àquele país dentro de duas ou três semanas para proceder ao levantamento das necessidades do país em matéria de medicamentos básicos, soluções parenterais e material médico e cirúrgico, tendo garantido de imediato a possibilidade de exportar produtos fabricados em Portugal pelos laboratórios Labesfal e Azevedos, «desde que os respectivos preços sejam iguais ou inferiores a produtos com a mesma qualidade oferecidos por outros fornecedores».

NICOLE GUARDIOLA

**PEREGRINAÇÃO A SAVIMBI** — O vice-ministro dos Negócios Estrangeiros de Angola, João Miranda, declarou ontem em São Tomé que o seu governo não fará novas concessões à UNITA na busca de uma solução para o conflito no país. Após um encontro com o Presidente Miguel Trovoada, esclareceu que «não haverá mais propostas fora do quadro do que já foi sugerido». Informa a enviada da Lusá que, em Lusaca, não se registam quaisquer progressos nas negociações, tendo a delegação governamental viajado para Luanda a fim de receber instruções, enquanto o enviado norte-americano, Paul Hare, deverá entregar pessoalmente a Jonas Savimbi, uma carta do Presidente Clinton. Savimbi deverá também receber o embaixador português Rocha Páris, o russo Mikhail Butcharnikov e o mediador da ONU, Alioune Beye. Notícias militares provenientes de Luanda dão conta de intensos combates nas províncias do Huambo e do Bié.

PÚBLICO, 19.6.94



Crise em São Tomé e Príncipe a um semestre das eleições

# Coabitação ameaçada

PÚBLICO, 18.6.94

Conceição Lima,  
em São Tomé

Pouco mais de seis meses antes de expirar a actual legislatura, o segundo Governo criado após a instauração do multipartidarismo em São Tomé e Príncipe está em risco de cair, por incompatibilidade com o Presidente Trovoada.

“**N**ão iremos oferecer ao sr. Presidente da República pretextos para provocar a queda do Governo. Vamos respeitar escrupulosamente o princípio da solidariedade institucional e da complementaridade que deve reger o relacionamento entre as duas instituições.”

Proferidas num tom sóbrio e contido, estas declarações de um membro do executivo de Norberto Costa Alegre deixam entrever a tensão que se tem acumulado nas relações entre o Presidente de São Tomé e Príncipe, Miguel Trovoada, e o II Governo, do Partido da Convergência Democrática (PCD), vencedor das eleições legislativas de Janeiro de 1991.

A cerca de seis meses do término do mandato governamental, a coabitação meticulosamente gerida por ambas as partes, após Trovoada ter demitido o Governo de Daniel Daio, em 1992, por alegada deslealdade institucional, parece, mais do que nunca, frágil e ameaçada. E, mais uma vez, analistas e observadores voltam a agitar o espectro da queda do executivo. Sobre a recta final do quadriénio conferido ao PCD para governar, esta perspectiva seria no mínimo inverosímil, não fossem tantos e tão nítidos os indicadores de uma nova deterioração no relacionamento entre os dois órgãos de soberania.

O pano de fundo destas crispções é o recrudescimento da virulência dos partidos políticos nas acções no terreno. O “vale tudo” atinge extremos tais que os cidadãos mais moderados se interrogam se as formações políticas locais se preparam para uma campanha eleitoral ou se estão a disputar entre si o palmarés da mentira grotesca e da

fantasia descabelada. Há dias, o pequeno partido Codo, o mais tenaz antagonista verbal do Governo, surgiu num tempo de antena a exortar Trovoada a seguir o exemplo de Fujimori, o Presidente peruano que orquestrou há dois anos um golpe constitucional, pulverizando a Constituição. Era uma alusão às declarações proferidas em 1992 pelo ministro da Justiça, Olegário Tiny, que acusou o chefe de Estado são-tomense de ter “perpetrado um golpe à Fujimori”.

## Oposição está com o Presidente

No meio deste cenário, os festejos do 19º aniversário da proclamação da independência (12 de Julho) poderão vir a ficar ofuscados por novas convulsões sócio-políticas. A central sindical afecta ao MLSTP, partido que governou São Tomé e Príncipe de 1975 a 1991, convocou para 5 de Julho uma greve geral, que o Governo diz não temer, mas cujo grau de adesão é uma incógnita. Entretanto, a generalidade da oposição colapsa novamente ao chefe de Estado, exortando-o a provocar a queda do executivo.

Miguel Trovoada não se descose e, em círculos privados, limita-se a dizer que não abdicará das prerrogativas que a Constituição lhe confere, entre as quais a de demitir o Governo, dissolver o Parlamento e convocar eleições gerais antecipadas.

Precavido, Norberto Costa Alegre parece não estar interessado em reviver os episódios de Março de 1992 e, aos olhos da opinião pública, vai mantendo uma posição inatacável. O Governo deixa ao seu partido a tarefa de dar a cara e enfrentar o Presidente. As fissuras, durante longo tempo camufladas por ambas as partes, ficaram expostas há cerca de dois meses, quando a chamada “guerra dos diplomas” foi desencadeada.

Fontes afectas à maioria acusaram e continuam a acusar Trovoada — cujo assessor jurídico, Gabriel Costa, lidera um partido da oposição, a Aliança Democrática Independente (ADI) — de retardar intencionalmente a promulgação de diplomas legais, para dificultar a concretização de projectos económicos e sociais de grande impacto. Segundo estas fontes, a intenção é comprometer a imagem do Governo perto das legislativas, dando trunfos à oposi-

ção, nomeadamente à ADI.

O caso extravasou para os tempos de antena dos partidos políticos e empurrou dois jornalistas da imprensa oficial para o banco dos réus, num processo que uniu os profissionais, aqueceu os ânimos e apaixonou a opinião pública. Para o Presidente da República, que accionou o processo contra os dois jornalistas — facto sem precedentes em toda a história do pós-independência — o extrapalamento da “guerra dos diplomas” fez parte de uma campanha de calúnias e de mentiras que visava desacreditar a sua pessoa. E a primeira resposta de Trovoada foi enfiada, mas dura.

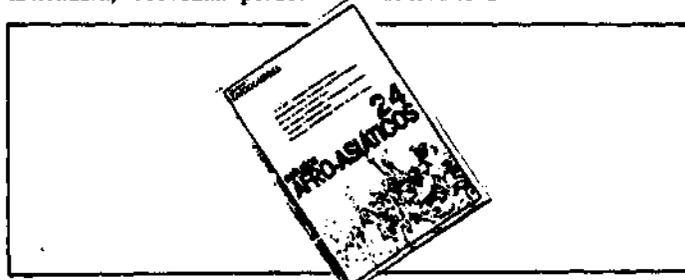
Em Abril, quatro meses depois de ter decepcionado profundamente a oposição, enumerando êxitos do programa económico do Governo, sem, contudo abençoar o Programa de Ajustamento Estrutural, o chefe de Estado foi à televisão denunciar a degradação das condições de vida da população.

A reacção do partido do Governo não se fez esperar e, dias depois, o órgão oficial do PCD, “Mudança”, acusava Miguel Trovoada de ter antecipado o início da campanha eleitoral, esquecendo-se de que “devia a cadeira do poder ao actual partido maioritário”. Para o articulista, Trovoada perdeu

completamente a compostura ao fazer uso de uma linguagem que se adequava mais a um líder de facção do que a um chefe de Estado.

Um encontro realizado pouco depois entre o chefe de Estado e dirigentes do partido do Governo terá sido estéril, visto que em princípios do mês corrente um comunicado do Conselho Nacional do PCD voltava ao ataque, acusando Trovoada de obstruir sistematicamente a acção do executivo. Com a tensão a subir nitidamente, o Presidente convocou, no passado dia 9, para o Palácio do Povo uma sessão extraordinária do Conselho de Ministros, “para discutir a situação política nacional”.

Na verdade, acabou por se falar de uma situação económica e o comunicado de uma página emitido pelo Gabinete do Presidente deu ênfase especial à situação de alguns fundos, cuja gestão o chefe de Estado manifestou a intenção de conhecer mais de perto. Por outro lado, o comunicado veio sublinhar o impasse quanto à promulgação dos diplomas destinados a promover e apoiar micro-empresas e iniciativas de base, o investimento privado e a mobilização de recursos financeiros internos e externos para actividades económicas produtivas, através da concessão de linhas especiais de crédito. ■



Portugal e África do Sul reúnem-se amanhã em Joanesburgo

## Cabora Bassa à procura de financiamento

PÚBLICO, 19.6.94

A COMISSÃO Conjunta Permanente para Cabora Bassa reúne-se amanhã e depois, em Joanesburgo, para analisar o plano financeiro das obras de construção da linha de transporte de energia entre a barragem e a África do Sul. Cerca de um terço da linha de transporte, que se prolonga por 1900 quilómetros de extensão, foi destruída na sequência da guerra civil moçambicana, tendo a sua reabilitação sido decidida no final de 1992 pelos representantes dos governos de Portugal, Moçambique, Itália e África do Sul. O abandono do projecto por parte das autoridades italianas veio

obstruir os trabalhos, cujo início está agora previsto para depois das eleições moçambicanas, a realizar em Outubro próximo.

De acordo com uma informação divulgada ontem pela agência Lusa, o custo previsto para a empreitada de reconstrução é de 125 milhões de dólares (cerca de 80 milhões de contos). Portugal participa nas obras com 25 milhões de dólares e a África do Sul com 50 milhões, pelo que em Joanesburgo serão discutidas as formas de financiamento alternativas para o resto do investimento. Os 50 milhões de dólares em falta poderão vir do Banco Europeu de

Investimento (BEI) ou do Governo da Noruega, que se mostrou interessado nos planos para Cabora Bassa.

Para Portugal, a proposta mais vantajosa é a do BEI, uma vez que abre possibilidade à participação de empresas portuguesas na empreitada, o que não acontecerá se o financiamento escolhido for norueguês.

A próxima reunião está a despertar um interesse particular por ser a primeira a decorrer com a participação das novas autoridades sul-africanas, e também com os novos elementos nomeados pela delegação de Pretória. ■

Acordo de defesa luso-brasileiro à espera da cimeira

## O novo olhar para África

PÚBLICO, 18.6.94

UM ACORDO de defesa entre Portugal e o Brasil pode ser um dos pontos fortes da cimeira de chefes de Estado e de Governo dos países lusófonos que se realiza em Lisboa, nos dias 27 e 28. Uma delegação brasileira, chefiada pelo contra-almirante Pereira Arês, esteve esta semana em Lisboa para estruturar modalidades de cooperação com Portugal, extensíveis aos restantes países lusófonos. Em embrião estará a constituição de uma força militar conjunta, destinada a encabeçar a intervenção nas acções de paz, particularmente em Angola e Moçambique.

As delegações portuguesa e brasileira que se encontraram em Lisboa acertaram uma metodologia de trabalho que visa, a breve

prazo, a celebração de um acordo capaz de contrariar a cada vez maior penetração da influência francesa e inglesa nos países lusófonos. Embora os intervenientes nas negociações se tenham mostrado reservados, a criação de uma estrutura luso-brasileira de cooperação técnico-militar é apontada como pilar prioritário no relacionamento com os países africanos.

Nos conceitos de defesa de Portugal e do Brasil qualificam-se a preservação e divulgação da língua como factor essencial de identidade cultural, e a presença de Portugal e do Brasil nas acções de cooperação técnico-militar podem servir de primeiro patamar.

É nesse quadro de cooperação que se está a desenhar a cria-

ção de uma força combinada luso-brasileira com graus de disponibilidade para ser usada em África. A tentativa para se chegar a esse projecto nasce da experiência (qualificada como positiva nos Estados-Maiores dos países da UEO) alcançada pelo batalhão português de Transmissões (BT4) e pelas equipas militares que estão a formar o Exército de Moçambique.

Este ângulo do modelo de cooperação entre Portugal e o Brasil tem-se mantido a um nível reservado de negociações. O secretário de Estado da Defesa, Figueiredo Lopes, qualificou-o como "boa hipótese", mas não se comprometeu. Defendeu, no entanto, a necessidade de Portugal investir mais em África. A tese é clara quanto à preferência a dar a

um parceiro e, se parceiro há, é o Brasil.

Do que já está acertado após as negociações realizadas em Lisboa pelas duas delegações, portuguesa e brasileira, terá que sair, em data muito próxima, um plano que contenha as acções a desenvolver. As prioridades apontam para áreas-chave como as indústrias de defesa que envolvem investimento na investigação e tecnologia avançada.

A par estará a cooperação entre os ramos das Forças Armadas, com preponderância para a troca de conhecimentos na Marinha e Força Aérea. Portugal está empenhado em trazer para o sector das indústrias de defesa a tecnologia que vai permitir o fabrico da maior parte das munições usadas pelos caças de interceptação F-16. Esse programa já estará praticamente assegurado no âmbito do contrato celebrado com os Estados Unidos relativamente à esquadra de caças que vai equipar a Força Aérea a partir do próximo mês. ■ C.C.

Guiné-Bissau a duas semanas de eleições

## Acusações a "Nino" azedam campanha

PÚBLICO, 19.6.94

António Soares Lopes,  
em Bissau

O endurecimento da campanha eleitoral está a dar uma nova dinâmica à política guineense. Mas alguns temem a derrapagem para um arriscado clima de agressividade. Kumba Yalá, líder dum dos partidos da oposição, acusa o Presidente de mandar assassinar alguns dos seus próprios colaboradores.

**A** calma e o civismo que têm vindo a caracterizar a campanha eleitoral na Guiné-Bissau podem

em qualquer altura ser substituídas por situações de maior agressividade, de contornos imprevisíveis. Esta ideia vem ganhando consistência à medida que os discursos políticos sobem de tom e começam a surgir acusações "graves" que ultrapassam a mera propaganda para serem questões do foro judicial.

Numa primeira fase, os observadores políticos na capital guineense rendem-se perante o clima de paz que se tem vivido no país, mas hoje reconhecem que ele pode ser quebrado ao mais pequeno descuido. E as acusações de que o Presidente cessante, João Bernardo Vieira, "Nino", tem sido alvo trazem novas achas para uma "fogueira" que dificilmente as chuvas tropicais, que este ano até caíram mais cedo, poderiam apagar.

No maior comício feito em Bissau, desde o início da campanha eleitoral, o candidato às presidenciais Kumba Yalá, líder do Partido da Renovação Social, acusou o Presidente de ter mandado assassinar o seu antigo assessor de imagem, o português Jorge Quadros, e o major das Forças de Intervenção Rápida Robalo de Pina.

Quadros foi assassinado na sua própria casa com arma branca, em circunstâncias misteriosas, em Novembro do ano passado. Robalo de Pina, considerado um homem próximo de "Nino" Vieira, foi baleado a 17 de Março do ano passado, durante uma movimentação militar a que o regime mais tarde viria a apelar de "tentativa de golpe de estado".

As mais de 20 mil pessoas presentes no comício respondiam às acusações com gritos de "abaixo, abaixo"... o que galvanizaria Yalá, ao ponto de prometer, caso venha a ser eleito Presidente, desapropriar todas as explorações agrícolas pertencentes ao líder do PAIGC e entregá-las aos antigos combatentes.

Desvios, corrupção e crimes são uma constante na mensagem deste filósofo de origem balanta licenciado em Lisboa, e que imputa inteiramente ao PAIGC a responsabilidade do atraso em que se encontra o país.

Carlos Domingos Gomes, o empresário candidato, tam-

bém não poupa os actuais governantes, acusando-os de todos os males de que enferma a sociedade, e convida "Nino" para um debate público, a fim de "esclarecer certas coisas que não estão bem e pôr os pontos nos is".

### Incidentes

Nos últimos dias registaram-se incidentes envolvendo apoiantes do regime e opositores, nas províncias Norte e Leste. Curiosamente, o homem que simboliza o PAIGC e o Governo não responde às acusações, optando nos seus comícios por apelos à concórdia, disciplina e respeito, reclamando sempre o seu protagonismo na luta de libertação e nas mudanças operadas nos últimos anos. Os seus comícios nas regiões do interior continuam muito concorridos e nos locais por onde passa é normalmente alvo de grandes manifestações de apoio.

Para além de "Nino" Vieira, só Domingos Gomes Fernandes, líder do Movimento Bafatá, Bubacar Djáló, apoiado pela União para a Mudança, Carlos Gomes, apoiado pelo Partido da Convergência Democrática, e Kumba Yalá conheceram banhos de multidão. ■

Angolanos independentes apelam à desobediência

## “Os desertores são os heróis de Angola”

MÚSICOS e intelectuais angolanos reuniram-se na noite de quinta-feira no Teatro da Comuna, em Lisboa, em solidariedade com os jovens futebolistas angolanos que se recusaram a regressar ao país e, através de um baixo-assinado, apelaram à desobediência civil em Angola.

“Os jovens desertores e refractários, muitos dos quais têm sido assassinados — tanto pelo MPLA como pela Unita — em razão da sua postura moral, são os verdadeiros heróis deste combate pela paz”, lê-se no documento do Movimento para a Paz elaborado pelo escritor José Eduardo Agualusa, o ex-can-

didato à presidência da República de Angola, Simão Cacete, a poetisa Maria Alexandra Dáskalos e o médico Miguel Natal.

### Os filhos dos líderes não vão à guerra...

“Os dois grupos armados, ao insistirem no prosseguimento de uma guerra dirigida contra o povo angolano, perderam a legitimidade alcançada nas urnas”. Foi então lançado um apelo para que todos os jovens angolanos sigam o exemplo dos futebolistas e desertem: “Os dirigentes do MPLA e da Unita

não têm o direito de enviar para uma morte absurda os filhos de Angola, enquanto os seus próprios filhos estão em segurança noutros países.” Os subscritores apelaram então para que “os jovens já integrados nas Forças Armadas abandonem imediatamente as armas, e se recusem a cumprir as ordens das suas chefias militares”.

Foi ainda lido um manifesto — do mesmo teor — a pretexto de uma (pouco) provável vinda do presidente José Eduardo dos Santos a Lisboa, à cimeira Lusófona.

Mas, na Comuna também se cantou. Os angolanos Val-

demar Bastos e Abel Dueré — que está radicado em Salvador da Bahia, e ganhou neste ano o Troféu Caimmy para o melhor espectáculo produzido no Brasil, na foto de colete à direita — e o brasileiro Nill Luz, que compôs de propósito um tema para a paz em Angola, foram alguns dos que apareceram na Comuna para cantar.

O movimento recusou todas as colagens a qualquer uma das partes beligerantes. “Já nem há dois partidos, há apenas um único movimento decidido a destruir Angola... o país está sequestrado por dois bandos de terroristas”, disse um dos organizadores. ■ L.F.M.

PÚBLICO, 21.6.94

## A casa de Winnie era um presente

PÚBLICO, 21.6.94

UMA AGENTE imobiliária sul-africana de Joanesburgo revelou ontem que foi ela quem comprou uma mansão numa zona cara e muito exclusiva de Cape Town para a oferecer de surpresa à estranha mulher do presidente Mandela, Winnie. A mulher, Hazel Crane, convocou uma conferência de imprensa no seu quase palácio de Joanesburgo para fazer a revelação. “Tudo era para ser uma surpresa”, disse ela. “Winnie representa para mim a encarnação da dor e do sofrimento, e lamento profundamente que a minha iniciativa lhe esteja afinal a trazer tantas preocupações”.

A declaração de Hazel seguiu-se a notícias, publicadas no domingo pelo “Sunday Times” de Joanesburgo, segundo as quais Winnie Mandela comprara uma luxuosa residência por 875 mil rand (quase 22 mil contos), e isto uma semana depois de uma dis-

cussão pública sobre o facto de os contribuintes sul-africanos estarem a pagar parte dos custos com os guarda-costas da mulher do presidente.

Winnie, hoje com 59 anos, recuperou da sua recente queda em desgraça por uma história de raptos e tornou-se ministra das Artes, Cultura, Ciência e Tecnologia no gabinete de seu marido, formado logo após as primeiras eleições multirraciais de Abril passado.

Hazel disse que a soma mencionada pelo jornal era o preço pedido, mas que realmente acabou por pagar menos pela casa, situada no subúrbio de Claremont. A mulher também revelou que durante quatro anos apoiou Winnie com compras de mercearia, roupas e alojamento esporádico, porque eram amigas, e que foi ela quem pagou o vestido usado por Winnie na investidura presidencial, e lhe for-

neceu as jóias para o acontecimento.

Interrogada sobre se lhe parecia bem que uma casa como a que está em questão fosse dada de presente a uma personalidade política que está a exercer o poder, Hazel respondeu: “Posso ter feito uma asneira, mas a única coisa que eu tinha em mente era ajudar Winnie, porque ela não tinha casa nenhuma em Cape Town”. Os repórteres insistiram em conhecer as razões da mulher e do seu sócio Shai Avissar, lembrando-lhe que Winnie tinha direito a uma casa subsidiada pelo Governo, mas Hazel manteve-se na sua: “Era só uma prenda que lheámos oferecer, era apenas uma dádiva nossa. Infelizmente, agora veremos o que vai suceder...”. Ao mesmo tempo, Hazel admitiu que ela própria e a sua família tinham pensado usar, também, a casa que ia oferecer à mulher do presidente.

Winnie, activista de sempre do Congresso Nacional Africano (ANC), esteve várias vezes envolvida em escândalos, nos últimos anos, mas conseguiu sempre voltar à tona. Em 1991 foi condenada a cinco anos de prisão por quatro acusações de rapto, e a mais um por envolvimento em assaltos a casa de quatro jovens do Soweto. Os incidentes, que remontavam ao final dos anos 80, tinham envolvido membros da sua guarda pessoal de então.

Na sequência do caso do rapto, perdeu o seu lugar como chefe do Departamento dos Assuntos Sociais do ANC em 1992. Entretanto, as penas de prisão tinham sido substituídas pelo pagamento de multas em dinheiro, o que lhe reabriu o caminho para que ela pudesse disputar, também como candidata, as eleições de Abril, que o ANC venceu. ■

Russ Marshall, Reuters

## Guerrilha institucional

PÚBLICO, 23.6.94

O PRESIDENTE da República, Miguel Trovoada, recebeu esta semana no Palácio do Povo, em encontros separados, os representantes de todos os partidos existentes em São Tomé, no âmbito de uma crise política latente e que opõe — mais uma vez — o chefe de Estado à maioria Partido de Convergência Democrática/Grupo de Reflexão (PCD/GR).

Trovoada, que partirá dentro de dias para Lisboa, onde irá participar na cimeira dos sete países lusófonos, convocou as diferentes formações políticas — PCD, MLSTP, CODO, ADI,

FDC e AP — para “discutir a actual situação política”. A oposição, na generalidade, voltou a acusar a maioria no poder de ser responsável pela degradação da situação política e da economia, exortando implicitamente o Presidente a antecipar o fim do mandato governamental.

O PCD, que enviou uma representação de quatro elementos, chefiada pelo seu presidente, Leonel Mário d’Alva, voltou a denunciar “manobras tendentes a desestabilizar o país, impedir a governação e perturbar a estabilidade sócio-políti-

ca”. Há informações de que o encontro entre Trovoada e o partido do Governo decorreu num clima de tensão, “nada tendo trazido de novo”, segundo um participante.

Com o Governo a observar um rigoroso silêncio em relação ao que se está a passar, fontes do PCD acusam Trovoada de estar a comandar pessoalmente uma campanha no terreno para minar a posição do executivo e criar o clima propício a uma situação de ruptura. Rumores persistentes em círculos próximos da oposição sugerem que a decisão de fazer

cair o executivo já teria sido tomada e que estariam em curso preparativos com vista à formação do governo que iria gerir transitivamente o país até às legislativas, previstas para Janeiro do próximo ano. Um alto dirigente da oposição confidenciou ao PÚBLICO que, o mais tardar até 30 de Agosto, o executivo de Norberto Costa Alegre terá passado à história.

Os partidos da oposição estiveram reunidos recentemente, havendo indicações de que o MLSTP-PSD, que governou o país até 1991, não se mostrou muito favorável à queda imediata do executivo. O regresso ao país, esta semana, do secretário-geral do partido, Carlos Graça, poderá vir a precipitar novos desenvolvimentos. ■

Conceição Lima, em São Tomé

Encontro com Jonas Savimbi é possível

# Mandela aceita ser mediador em Angola

PÚBLICO, 24.6.94

O PRESIDENTE da África do Sul, Nelson Mandela, anunciou ontem a disposição de fazer parte de uma equipa internacional de mediadores para colocar um ponto final na guerra civil angolana e estar pronto a, nesse papel, ter um encontro com o líder da UNITA, Jonas Savimbi.

Foi o próprio Mandela a dar a notícia aos jornalistas, depois de ter recebido na Cidade do Cabo o mediador das Nações Unidas para o conflito em Angola, Alioune Blondin Beye, e representantes dos três países observadores do processo, Portugal, Estados Unidos e Rússia.

Beye e os embaixadores deslocaram-se de Lusaca à África do Sul para pedirem ao recém-eleito Presidente que se envolva nos esforços de paz. O Conselho de Segurança das Nações Unidas deu mais um prazo até 30 deste mês para que se registem progressos palpáveis na procura de um acordo de paz que desde Novembro do ano passado é perseguido, sem êxito, nas conversações em curso na capital da Zâmbia. O Conselho de Segurança fará então uma nova avaliação do ponto em que se encontram as negociações.

Segundo a agência Lusa, Nelson Mandela condicionou a

sua intervenção à não interferência com os esforços de mediação já em curso.

"Ficaria contente por convidar o dr. Savimbi, sentar-me e ter conversações com ele" — disse Mandela, sugerindo assim que o frente-a-frente se realizaria na África do Sul.

Em declarações feitas à Lusa antes do desfecho deste encontro da Cidade do Cabo, o porta-voz da UNITA em Lusaca, Jorge Valentim, afirmou que o movimento de Savimbi esperava de Mandela que faça mais do que escutar "alguns pontos de vista e ter em conta os dossiers em cima da mesa".

"Não há dúvida de que o Presidente Mandela tem um papel importante a jogar na procura da solução para o problema de Angola" — acrescentou Valentim.

Diz a agência Lusa que estão também em curso esforços para organizar uma cimeira entre os Presidentes de Angola e do Zaire, encontro que tem sido impossível de concretizar desde o princípio da década por causa do apoio que Luanda afirma ser prestado por Mobutu Sese Seko à UNITA. Essa cimeira Eduardo dos Santos-Mobutu poderia decorrer na África do Sul ou no Zaire. ■

## África do Sul voltou à ONU

A ÁFRICA do Sul foi ontem reintegrada na Assembleia Geral das Nações Unidas, com direito a voto, depois de 20 anos de exclusão que penalizava a política de "apartheid" do antigo regime sul-africano.

PÚBLICO, 24.6.94

Numa resolução adoptada por aclamação, a Assembleia Geral restabeleceu o direito de a África do Sul como membro de pleno direito. Após a decisão, a cadeira destinada ao país foi imediatamente ocupada pelo ministro sul-africano dos Negócios Estrangeiros, Alfred Nzo.

"A Assembleia Geral quer saudar o regresso da África do Sul ao seio da comunidade das nações" depois de, em Abril passado, ter dado início ao processo de viragem para uma democracia não racial, afirmou a porta-voz da assembleia, Cynthia Henry.

A porta-voz disse ainda que vai ser recomendado ao secretário-geral da ONU, Butros-Ghali, que seja nomeado um coordenador de alto nível encarregado dos programas de desenvolvimento desta organização para a África do Sul. Cynthia Henry concluiu anunciando que, a partir de agora, a questão do "apartheid" (introduzido na África do Sul ao longo dos anos 50 e 60) será definitivamente retirada dos debates na Assembleia Geral.

Depois da reintegração na ONU, segue-se a Commonwealth. O Presidente sul-africano,

Nelson Mandela, é esperado no próximo mês na Grã-Bretanha para a cerimónia que assinala a reintegração do seu país nesta associação de países que outrora fizeram parte do Império britânico.

Fontes governamentais sul-africanas afirmaram que Mandela deverá chegar a Londres no dia 20 de Julho, coincidindo com a missão de acção de graças na abadia de Westminster marcada para comemorar a transição para a democracia da África do Sul.

Mandela pediu a readmissão na Commonwealth logo após ter sido eleito como primeiro Presidente negro do país. Também neste caso, a África do Sul foi afastada devido ao regime de "apartheid". Durante os 30 anos deste regime, a Commonwealth, e em especial os chamados países da linha da frente africanos, pressionaram pela aplicação de sanções contra a África do Sul.

Agora, em lugar de sanções, os sul-africanos apelam à cooperação internacional. Na quarta-feira, em Atenas, o bispo anglicano da Cidade do Cabo, Desmond Tutu, exortou os europeus a participarem "na obra maravilhosa" que é a democracia sul-africana. Na abertura dos trabalhos duma conferência de cooperação económica entre a União Europeia e a África do Sul, disse: "Ajudaste-nos com as sanções contra o 'apartheid', ajudai-nos agora com investimentos." ■

## Cimeira dos Sete Eduardo dos Santos pode não vir

PÚBLICO, 26.6.94

O PRESIDENTE angolano não deverá deslocar-se a Lisboa na próxima semana, desistindo assim da sua participação na cimeira dos sete países lusófonos.

O cancelamento da viagem de José Eduardo dos Santos era ontem admitido como possível em meios diplomáticos contactados pelo PÚBLICO, sem que, no entanto, tivesse sido possível obter qualquer confirmação oficial.

Na origem das hesitações do chefe de Estado angolano estaria a perspectiva de manifestações hostis em Lisboa — a UNITA já requereu autorização ao Governo Civil para uma manifestação no aeroporto —, bem como um ambiente de forte hostilidade, avivada com a recente deserção de um grupo de jovens futebolistas angolanos.

Para justificar a sua ausência, o Presidente angolano poderia lembrar o precedente da já confirmada desistência do brasileiro Itamar Franco, que se fará representar em Lisboa por José Sarney, e alegar o recrudescimento da guerra em Angola, que tornaria desaconselhável a sua saída do país.

Ao fim da tarde de ontem, surgiram dúvidas também sobre a presença na cimeira dos Sete do presidente de São Tomé e Príncipe, Miguel Trovoada. ■

**MAPUTO EM CLIMA DE TENSÃO** — Soldados das tropas especiais do exército governamental na Manhica, a 70 quilómetros de Maputo, cortaram ontem de madrugada o trânsito da estrada nacional número um, a principal de Moçambique. Os militares exigiam a melhoria de rancho e a desmobilização o mais rapidamente possível. Durante todo o dia, Maputo foi patrulhada por fortes dispositivos policiais, com metralhadoras e cães. Ex-militares, desmobilizados antes do acordo de paz, fizeram entretanto mais uma manifestação na capital, exigindo o pagamento da ajuda à reintegração na vida civil.

**ONU TENTA "FACTOR MANDELA" EM ANGOLA** — O mediador de paz da ONU para Angola, bem como os observadores americanos, russos e portugueses, deverão encontrar-se hoje na Cidade do Cabo com o Presidente da África do Sul, Nelson Mandela, para análise da situação na guerra civil angolana. Blondin Beye confirmou em Lusaca a ida ao Cabo. Delegações do governo e da UNITA têm discutido na capital da Zâmbia, desde Novembro, um processo de acabar com o conflito. O Conselho de Segurança da ONU deu o prazo até 30 de Junho para que haja um acordo de paz. PÚBLICO, 23.6.94

## FLEC acusa UNITA

O CHAMADO Governo Provisório da República de Cabinda, que funciona em Paris e emite comunicados em francês, disse que a UNITA se fixou há perto de um mês nas aldeias entre Bucu-Zau e Ganda-Cango, no que seria "uma provocação e invasão do território livre da FLEC-FAC". Por outro lado, aquela facção da Frente de Libertação do Enclave de Cabinda declarou também que unidades militares do Governo angolano estão 30 quilómetros a sul do seu quartel-general. ■ PÚBLICO, 25.6.94

# Não há dinheiro para segunda volta

PÚBLICO, 25.6.94

A OTTO dias das primeiras eleições pluralistas, a Guiné-Bissau está a braços com mais um imbróglho: a Comissão Nacional de Eleições (CNE) afirma não ter verbas para a eventualidade de uma segunda volta das presidenciais, que, tal como as legislativas, estão marcadas para 3 de Julho.

O presidente da CNR, Alberto Batista Lopes, declarou ao PÚBLICO que "não tem um tostão" sequer para garantir essa eventualidade, no caso de nenhum dos candidatos à chefia do Estado conseguir pelo menos 50 por cento dos votos logo na primeira volta; e que por isso convocou os mandatários dos candidatos e dos partidos políticos, para conjuntamente analisarem o assunto.

Uma segunda volta das presidenciais (para as legislativas não está prevista nenhuma) teria de ter lugar três se-

manas depois da publicação dos resultados definitivos da primeira; ou seja, já em pleno mês de Agosto, tempo de chuvas diluvianas que bloqueiam o acesso a uma boa parte das regiões do interior guineense. Nessa altura, os camponeses estarão infalivelmente no campo e nas "bolanhas" (lavras), cuidando da lavoura, que é o garante de um amanhã cada vez mais incerto.

É opinião de certos analistas que muitos camponeses, que constituem o grosso da população, já estão mesmo a pensar mais na terra do que na política e que quem tiver meios para os ir buscar às suas lavras é que ganha as eleições, talvez logo à primeira volta.

Qualquer impasse criado se houvesse necessidade de uma segunda volta e se não existisse dinheiro para ela poderia gerar um clima propício à instabilidade,

de, embora a Constituição diga que os órgãos do poder se mantêm em funções até à data de posse dos novos titulares dos órgãos de soberania.

## Nem mais um tostão

A comunidade internacional, que doou à Guiné-Bissau mais de dois milhões de dólares (cerca de 340 mil contos) para o processo eleitoral, não pensa dar nem mais um tostão, esclareceu um diplomata ocidental, que considera caber ao Governo a solução dos problemas que subsistem.

No entanto, fonte da CNE precisou que este órgão recebeu do Governo 600 mil dólares e ainda espera mais 500 mil, pois que os respectivos membros estão há nove meses a aguardar os subsídios que lhes eram devidos.

A hipótese de um novo adiamento das eleições, "in extremis", causa sobressaltos à oposição, convencida de que esta situação poderia colocar em perigo todo o processo de democratização. Dirigentes oposicionistas entrevistados pela televisão local propuseram a realização das legislativas no princípio de Julho e o adiamento das presidenciais para melhor oportunidade.

Pelo sim pelo não, todas as forças políticas continuam a desenvolver as campanhas dando primazia às regiões do interior. E na quarta-feira à noite, ao regressar de alguns dias no Sul, o Presidente João Bernardo Vieira foi recebido em festa por largas centenas dos seus apoiantes de Bissau, que ao som de tambores o acompanharam até ao palácio. ■

António Soares Lopes,  
em Bissau

# Entre a guerra persistente e a paz esquiva

PÚBLICO, 26.6.94

O CRESCENDO das operações militares do Governo angolano e da UNITA, durante as últimas semanas, reduziu aparentemente o campo de manobra da mediação, mas, mesmo assim, o representante especial das Nações Unidas, Alioune Blondin Beye, foi capaz de afirmar na sexta-feira à noite em Luanda que a paz é "irreversível" e que se está a progredir nas negociações de Lusaca.

A Rádio Nacional de Angola disse ontem que 400 elementos da UNITA foram mortos em diversas operações efectuadas durante os últimos dias, para que os governamentais tivessem conseguido correr com o adversário dos subúrbios de Ndalatando, a capital da província do Cuanza Norte, 220 quilómetros a Leste de Luanda.

Na véspera, o secretário-geral da ONU, Butros Butros-Ghali, pediu ao partido de Jonas Savimbi que aceitasse integralmente as propostas das Nações Unidas, sob pena de se expor a novas sanções internacionais.

Butros-Ghali observou que o Governo e a UNITA estão provavelmente mais perto do que nunca, desde Outubro de 1992, quando a guerra se reacendeu, após as eleições, de conseguir um acordo de paz; mas que ainda há a insistência do principal partido oposição em conseguir o cargo de governador do Huambo.

O secretário-geral propôs ao Conselho de Segurança que a UNITA responda nos próximos dias de maneira "categoricamente positiva" às propostas dos medianeiros, chefiados por Alioune Blondin Beye, ou então que fique submetida a "medidas suplementares", depois de já ter sido alvo — no ano passado — de um embargo petrolífero e militar.

Em Luanda, nas hostes governamentais, são muitos os que dizem que "a UNITA só vai com porrada", mas de há um ano para cá ainda não se conseguiu verificar uma nítida e irrefutável alteração da correlação de forças que encurralasse os homens de Savimbi.

## Luta pela coabitação

Os sectores militaristas do regime angolano declaram que já se fizeram demasiadas concessões ao adversário e que não se lhe pode entregar de forma alguma a administração da província do Huambo.

Fontes da oposição disseram ao PÚBLICO que Portugal tem estado por vezes um pouco isolado entre a troika dos observadores, pois que não teria compreendido tão bem como os Estados Unidos e até mesmo a Rússia a necessidade de Jonas Savimbi dispor de um espaço para sobreviver: "É

fundamental um sistema de contenção que garanta uma futura coabitação entre o Governo e a UNITA."

Decepcionadas com "o exagerado alinhamento de Cavaco Silva às posições do MPLA", como dizem ter ficado com a recente visita de Brista e Gala a Angola, aquelas fontes atribuíram a "certos círculos políticos de Lisboa" as tentativas de exacerbção do futuro estatuto a atribuir a Savimbi; e afirmaram que isso é um obstáculo à conclusão do desejável acordo de paz.

Pessoa altamente colocada no MPLA garantiu ao correspondente do PÚBLICO que não existe nenhum documento escrito proposto por nenhuma das partes, quanto ao estatuto especial que se deveria conceder ao líder da UNITA.

Segundo as fontes oposicionistas acima citadas, Luanda teria procurado o aval de Lisboa para que, na malograda cimeira dos países lusófonos, se fizesse recair sobre o partido de Jonas Savimbi o ónus do impasse que, apesar de tudo, ainda se verifica em Lusaca, ao oitavo mês das negociações.

No entanto, há observadores a acreditar que o partido do Galo Negro ainda poderá desistir de reivindicar o controlo da província de Benguela, como forma de procurar convencer Luanda a entregar-lhe o governo do Huambo. ■

Aguiar dos Santos, em Luanda

# A sida na África do Sul

PÚBLICO, 27.6.94

UMA PRAGA silenciosa, mais mortífera do que os homicídios políticos da passada década, está a grassar na verdejante terra natal dos Kwazulu.

Mais de dez mil pessoas morreram aqui em dez anos de lutas políticas, mas muitas mais sucumbiram, no mesmo período, de sida, admitem especialistas médicos em Cape Town e outras localidades.

Allan Whiteside, médico universitário no Natal, que escreve regularmente uma "newsletter" sobre sida em África, diz que a infecção por sida na região pode atingir uma em cada cinco pessoas até Dezembro.

"Os esforços de prevenção não resultaram... a epidemia está fora de controlo... A sida devia, pelo menos, ser declarada prioridade nacional e emergência nacional", diz ele. "Ou conseguimos travar a epidemia, ou a euforia das mudanças políticas na África do Sul redundará em tragédia".

As projecções de Whiteside baseiam-se em extrapolações feitas a partir de números do Departamento Nacional de Saúde respeitantes à percentagem de grávidas infectadas com o HIV.

Também Malcom Steinberg, editor do "Aids Bulletin", criticou recentemente o Governo sul-africano em matéria de política sobre a doença, classificando-a de "descoordenada e errática". ■

Acusado de desfalque nas Finanças de Santiago

# Deputado cabo-verdiano foge para Portugal

PÚBLICO, 28.6.94

*José Vicente Lopes  
na Cidade da Praia*

O deputado cabo-verdiano João de Pina, pertencente ao grupo parlamentar do Movimento para a Democracia, encontra-se em Portugal, fugido de Cabo Verde depois de ter sido acusado de um desfalque de mais de 20 mil contos. O caso, denunciado ontem pelo jornal "A Semana", promete agitar o Verão cabo-verdiano, uma vez que há suspeitas de que o fugitivo terá contado com a cumplicidade das autoridades na sua fuga.

João de Pina era tesoureiro da Repartição de Finanças no concelho de Santa Cruz, ilha de Santiago. No processo de disputa da liderança do MpD (Movimento para a Democracia), que culminou, em Fevereiro passado, com a cisão desse partido, ele apareceu inicialmente como correlegionário do antigo ministro da Justiça Eurico Monteiro, para no último momento apoiar o primeiro-ministro Carlos Veiga. Pina foi um dos 42 deputados que subscreveu,

há um mês, a moção de confiança ao Governo.

Antes disso, isto é, no primeiro duelo entre os dois grupos, numa questão de extrema importância, em que se haveria de negar a possibilidade de os deputados independentes se constituírem em grupo parlamentar, João de Pina absteve-se, surpreendendo tanto os seus antigos companheiros dissidentes como os seus novos aliados.

Imediatamente começou-se a falar em "traição" por parte de três deputados que pareciam estar com Eurico Monteiro mas que na hora da verdade se posicionaram ao lado de Carlos Veiga. Assim, enquanto o partido governamental conseguia garantir 40 deputados, a oposição, constituída por 22 elementos do PAICV e 16 dissidentes do MpD, ficou nos 38, o que demonstra a diferença tangencial entre os dois blocos.

Nessa altura, comentava-se nos bastidores do parlamento cabo-verdiano que pelo menos três deputados estavam a ser "pressionados e chantageados" pelo grupo de Veiga, uma vez que todos tinham, no dizer do deputado dissidente Germano Almeida, "laços comestíveis com o Governo". No caso concreto de João de Pina, rumores davam contra das suas dificuldades em apresentar as contas da Repartição de Finanças de Santa Cruz.

Depois da sessão parlamentar, confirmou-se que os serviços dirigidos por João de Pina estavam a ser alvos de uma inspecção que o Ministério das Finanças vem

promovendo aos departamentos dele dependentes. Vendo-se em dificuldades, o deputado deixou Cabo Verde rumo a Portugal na madrugada do dia 18.

Detentor, enquanto deputado, de um passaporte diplomático, Pina não teve dificuldades em cruzar a fronteira do aeroporto do Sal nem tão pouco a da Portela, alegando que iria passar férias na Europa. E ao que tudo indica, viu a vida facilitada uma vez que, por coincidência, no mesmo avião viajava uma delegação da Assembleia Nacional, chefiada pelo seu presidente, Amílcar Spencer Lopes, que se dirigia ao Kuwait.

Uma semana antes do episódio, João de Pina declarou ao jornal "A Semana" que estava a ser alvo de represálias em virtude de se ter absteído durante a votação da questão do agrupamento dos independentes. Defendendo-se das acusações de que é alvo, afirmou estar tranquilo e que a questão do desfalque será esclarecida "em local próprio".

Ainda de acordo com aquele semanário cabo-verdiano, vários outros funcionários da Repartição de Finanças de Santa Cruz encontram-se sob suspeita e impedidos de sair do país. O ministro das Finanças, Ulpio Fernandes, descartou a esse jornal qualquer cumplicidade do seu ministério, garantindo que enquanto for titular dessa pasta "quem defraudar o Estado terá que pagar", tendo o "dossier" sido já enviado para a Procuradoria-Geral da República.

Todavia, esta não é a primeira vez que dirigentes ou cidadãos cabo-verdianos, a braços com a justiça, procuram refúgio em Portugal. Apesar de haver entre Lisboa e Praia um acordo de extradição, até hoje, não se tem notícia de que algum dos "evadidos" tenha sido devolvido à procedência. E se porventura tal vier a acontecer desta vez, João de Pina incorre a penas que vão de oito a doze anos de prisão.

Por outro lado, só por si este caso constitui mais um embaraço para os governantes da Cidade da Praia. Depois de conquistar o poder em 1991 utilizando como bandeira a moralização da vida pública, os mesmos vêm sendo confrontados com vários escândalos financeiros e políticos. Interrogado na sexta-feira sobre a questão, o primeiro-ministro cabo-verdiano confirmou que havia indícios de que coisas não estariam a correr bem em relação ao trabalho de João de Pina em Santa Cruz, mas que "os interesses do Estado serão salvaguardados". Veiga negou também que o seu governo ou partido tenham exercido qualquer pressão sobre esse deputado no decorrer da última sessão parlamentar.

Antigos companheiros de João de Pina, pertencentes ao grupo de Eurico Monteiro, disseram ao PÚBLICO que nada têm a ver com o parlamentar em causa. "Para todos os efeitos, ele apoiou publicamente o Governo e Carlos Veiga, portanto, eles que se entendam", afirmou um deles, visivelmente aliviado. ■

## RFI "conquista" Cabo Verde

PÚBLICO, 27.6.94

A RÁDIO France Internacional (RFI) começa a emitir, a partir de hoje, em frequência modulada, durante 24 horas, em Cabo Verde, como já acontece na Guiné-Bissau e em S. Tomé e Príncipe. A RFI passa a ser a terceira estação radiofónica em FM neste país africano de língua oficial portuguesa, além da Rádio Nacional de Cabo Verde (RNCV) e da Rádio Nova.

Desde a semana passada que os cabo-verdianos já podiam sintonizar a RFI emitindo 23 horas em francês e uma em português,

a título experimental. É uma situação que se oficializa hoje, com a assinatura de um acordo, válido por cinco anos, entre a ministra da Cultura e Comunicação, Ondina Ferreira e o presidente da RFI, André Larquiá. Além do pagamento de uma taxa de cerca de seis mil contos anuais, o material utilizado pela RFI poderá reverter para a RNCV caso o acordo não venha a ser revalidado. As autoridades cabo-verdianas têm mostrado interesse no aumento do número de horas de emissão em português, hipótese que a

RFI, segundo um técnico ligado ao projecto, também admite. A RFI emite em todos os países africanos de língua oficial francesa, o que engloba toda a África Ocidental e Central. Além das rádios actualmente existentes, prevê-se ainda para este ano o aparecimento de mais uma estação radiofónica no Mindelo, a Rádio Morabeza, sendo um dos seus promotores o presidente da Câmara Municipal de S. Vicente, Onésimo Silveira. ■

*José Vicente Lopes,  
na Cidade da Praia*



Guiné-Bissau a cinco dias das eleições

# Tudo preparado para o pior

PÚBLICO, 28.6.94

À MEDIDA que se aproxima o dia das primeiras eleições pluralistas guineenses, aumenta a onda de rumores e instala-se algum receio, sobretudo entre os habitantes de Bissau, que na última semana invadiram as lojas e os supermercados, comprando um pouco de tudo, para fazer uma reserva de produtos alimentares. A população abasteca-se principalmente de arroz, base da alimentação local e produto cujo preço, depois de ter rondado os 700 mil pesos (10 contos) por saco de 50 quilos, baixou nos últimos dias para 25 mil, com a chegada de uma nova importação efectuada pelo Governo.

As estradas do interior-leste do país foram igualmente muito procuradas por gentes de Bissau, "à caça" de carne de vaca, por sinal mais barata naquela zona do país, onde se concentram os criadores de gado bovino. A ausência de um orçamento para assegurar a eventualidade de uma se-

gunda volta das eleições presidenciais, que em princípio deverão efectuar-se a 3 de Julho, em simultâneo com as legislativas, agravada com operações nocturnas de identificação de pessoas, poderá estar na base de um certo alarmismo crescente. Muitos estrangeiros decidiram antecipar as férias, enquanto guineenses com posses mandam as famílias para a Europa ou para o Senegal. Os voos dos próximos dias estão lotados, havendo filas intermináveis de reservas e de esperas.

## Uma paz aparente

As representações diplomáticas e organismos internacionais com sede em Bissau têm já planos de segurança pensando que o pior pode acontecer, embora quando instados pelos jornalistas façam questão de realçar o clima de paz e tranquilidade reinantes. O coordenador dos observadores

internacionais, o angolano Onofre dos Santos, que foi director-geral da Comissão de Eleições em Angola, não se cansa de elogiar a forma correcta e organizada como tem decorrido este processo, destacando o trabalho, que considera exemplar, da Comissão Nacional de Eleições (CNE).

Os responsáveis das comunidades religiosas têm multiplicado os seus apelos à paz e à tolerância, lembrando nas suas orações e homilias que o resultado do veredicto de 3 de Julho será a vontade popular, que deve ser respeitada por todos. O bispo católico, o italiano Artur Septímio Ferrazetta, propôs "transparência, verdade e civismo, em vez de paixão desordenada, mentira e intimidações".

Mas não há preocupações nem receios que impeçam o guineense da sua diversão de fim de semana. Sexta e sábado as discotecas da capital continuam a abarrotar de dançarinos frenéticos e a folia

só termina quase de manhã nos pequenos quiosques de bairro, onde se come carne de cabra assada e ainda se bebe mais uma cerveja supergelada; ou no "Rei das Bifanas", que oferece saborosas pataniscas de bacalhau e uma lista de bons vinhos portugueses até ao raiar do sol.

Na CNE a dança é outra. É a busca de verba para organizar uma segunda volta das presidenciais, no caso de nenhum dos candidatos conseguir pelo menos 50 por cento dos votos logo à primeira. O presidente deste órgão, o juiz Alberto Baptista Lopes, auscultou o Governo, partidos políticos e comunidade internacional, mas os resultados ainda não são conhecidos. Nas hostes da oposição alguns partidos exigem eleições já e a qualquer preço, enquanto outros propõem o adiamento das presidenciais para melhor oportunidade. ■

António Soares Lopes,  
em Bissau

# Guerra e esforços de conciliação

PÚBLICO, 28.6.94

A UNITA continua a bombardear as cidades de Cuito, Malanje e Ndalatando, disse à agência Lusa uma fonte militar do governo em Luanda, que acrescentou desconhecer ainda o número de vítimas. As capitais das províncias do Bié, Malanje e Cuanza Norte foram "intensamente bombardeadas pela artilharia da UNITA, na segunda-feira, após uma relativa acalmia no Cuito (ex-Silva Porto)", referiu a fonte militar.

Entretanto, a mediação no processo de paz angolano apresentou ontem em Lusaca um documento tentando conciliar as posições das delegações do Governo e da UNITA sobre "modalidades" para a reconciliação nacional, que devem começar a ser discutidas hoje.

Segundo a Lusa, a mediação tinha apresentado a sua proposta global de princípios específicos e modalidades de reconciliação nacional em 12 de Maio, a que se seguiram, dois dias depois, a proposta da UNITA e, no passado dia 13, a do Governo.

A versão inicial teve no entanto de ser alterada, tanto pela recusa da UNITA em admitir um ponto específico sobre o es-

tatuto do seu líder como pela remissão para esta fase das discussões dos temas relativos à extensão da administração do Estado, também por iniciativa da UNITA.

Os 18 princípios específicos do pacote da reconciliação nacional em Angola foram aprovados segunda-feira, sem alterações, com remissão para as suas modalidades da questão do estatuto do líder da UNITA.

A questão de Jonas Savimbi será discutida no âmbito das modalidades, ocasião em que a UNITA deverá reafirmar, por escrito, que não pretende qualquer estatuto especial para o seu chefe, disse à Lusa, na capital da Zâmbia, uma fonte das negociações.

O porta-voz da UNITA, Jorge Valentim, disse por seu lado à agência portuguesa que na próxima discussão das modalidades terá que ser "encontrada uma fórmula para neutralizar" o princípio específico que se manteve na sua redacção original.

A proposta inicial da mediação para as modalidades no que se refere a Savimbi previa que o

tema fosse tratado bilateralmente, em cartas a trocar entre o líder rebelde e o Presidente angolano, José Eduardo dos Santos, após o debate em Lusaca.

Mas a delegação governamental recusou-se a admitir a retirada do princípio específico número 6, que remete para a Constituição e que, tendo em conta a condição de Savimbi como "presidente do maior partido da oposição" em Angola, lhe garante um estatuto especial ainda por definir.

A delegação da UNITA pediu segunda-feira de manhã a retirada do princípio, afirmando que não ele não tem cabimento no eventual protocolo de Lusaca e que não pretende

qualquer estatuto especial para Savimbi além dos termos previstos para os seus "altos dirigentes".

A UNITA manifestou-se entretanto ontem contra a aplicação de novas sanções ao partido por parte das Nações Unidas, segundo um comunicado da organização divulgado pela sua emissora oficial.

No documento, a UNITA garante que não abdicará dos seus princípios "de defesa da democracia em troca de qualquer sanção" internacional. "O organismo pacificador internacional [ONU] quer silenciar o único partido angolano democrático que consegue fazer frente ao poder em Angola?", pergunta a organização. ■



# Paz e desenvolvimento

■ Por Adalberto da Costa Júnior\*

**Em Angola, pela desconfiança, pelas feridas da guerra, pelo estado do país, pelas realidades específicas, urge darmos as mãos e não praticarmos a exclusão de qualquer das partes**

A paz, esse bem precioso, tem andado tão ausente das terras de Angola.

Tenta-se do estúdio mais pretendido e do objectivo mais ansiado, o empreito obrigatório para a viabilização do país e da Nação, a materialização de interesses de grupo da valoração do indivíduo. Enfim, o alcance da paz e a sua contínua observância serão as fundações, sólidas e seguras de toda a edificação do futuro.

A paz é hoje para alguns um SONHO, para outros a RAZÃO DE FRUSTRAÇÃO porque deixaram de crer. Para muitos outras e para nós é algo que acreditamos poder alcançar, em que diariamente nos empenhamos e que certamente irá chegar.

Mas na Angola de hoje, falar da paz obriga a que se fale também da guerra. Vive-se de Norte a Sul de Angola uma guerra violenta que a todos atinge sem discriminar. Urge pois, ao discutirmos e reflectirmos sobre a paz e a busca actual de acordos de paz, lançar-se um rápido olhar, atento, ao percurso histórico passado e ao passado mais recente, para que das experiências acumuladas retiremos ensinamentos para aplicar no presente e no futuro.

Há mais de trinta anos que os angolanos não conhecem uma vivência de paz real. Pelo meio ela chegou duas vezes, existiu mais no desejo e vontade de a obter, mas foi efémera. Após estas curtas transições a guerra eclodiu mais intensa e mais violenta.

Mas porquê os angolanos não conseguem viver em paz? Quais as razões do alongar desta guerra? Sendo o angolano um povo criativo, alegre, amante da vida, trabalhador, torna-se necessário encontrar as razões da continuação deste conflito. Uma caracterização do país vai ajudar-nos a encontrar algumas das causas:

1 — Angola, um país de um milhão e duzentos mil quilómetros quadrados de superfície.

Enormes potencialidades minerais e vegetais, em particular as mais preciosas (diamantes, petróleo, minerais raros, madeiras preciosas, etc.).

Extensas e excelentes áreas agrícolas.

Uma potencial rede hidrográfica e portanto potenciais condições energéticas.

Uma extensa costa, uma fauna rica e o maior porto natural de águas profundas de África.

Podemos dizer que a sua localização geográfica tem sido factor influenciador de disputas geoestratégicas entre as potências.

Em 1974 após 14 anos de guerra que após os movimentos de libertação e a potência administrante da altura, Portugal, Angola foi também vítima da luta entre os blocos — Ocidente/Leste — e das suas necessidades de possuírem países satélites para reforçarem as suas estratégias e exportarem as suas ideologias.

2 — Decorridos que foram vinte anos após a revolução de 1974, que trouxe uma nova realidade a Portugal, temos tido a oportunidade de começar a ver tratarem-se assuntos até aqui «tabus», relativos à descolonização. Nos inúmeros debates e entrevistas a que temos assistido, os «obreiros de Alvor» têm feito confissões interessantes, inclusive a afirmação de terem instalado no poder em Angola o MPLA, partido que comungava da mesma corrente ideológica de boa parte dos intérpretes da altura. Foram necessários vinte anos para ser assumido que os Acordos de Alvor foram viciados e não cumpridos.

3 — No início de 1990 de novo no limiar da paz, através de negociações a decorrerem em Portugal, que culminaram em Maio de 1991 com a assinatura dos Acordos de Bicesse.

Os Acordos de Bicesse permitiram-nos um importante ACORDO DE PRINCÍPIOS.

Cumpriram-se:

— Cessar-fogo

— Eleições

Ficaram por cumprir cabalmente:

— O acantonamento e desarmamento dos exércitos

— Disposições concernentes aos direitos fundamentais do cidadão (p.ex. liberdade de imprensa, liberdade de expressão, independência dos Tribunais, etc...)

Os factores de fiscalização e de verificação do cumprimento dos Acordos de Princípios não foram materializados, porque foram infirmos os meios humanos e materiais postos à disposição da ONU. Isto mesmo tem sido recentemente afirmado pela senhora Margareth Anstee, na altura representante especial do secretário-geral das Nações Unidas.

Angola não conseguiu atrair o dinheiro necessário para que coubesse às Nações Unidas o papel de intérprete e organizador de questões sensíveis, como a promoção e organização logística das eleições cujo acto coube ao Governo do MPLA sob fiscalização «precária» — por falta daqueles meios — da ONU.

4 — Os resultados eleitorais foram contestados por sete partidos concorrentes e cinco candidatos. Desta denúncia não resultou qualquer investigação.

A título comparativo: ANGOLA 400 observadores, mais 400 convidados no dia das eleições, para 5600 assembleias de voto, seis milhões de eleitores, nenhum «capacete azul» das Nações Unidas. Gastos totais com o processo: 128 milhões de dólares. NAMÍBIA: Um décimo dos eleitores de Angola, seis mil «capacetes azuis» das Nações Unidas. Gastos de 600 milhões de dólares com o processo.

Vejamos ainda Moçambique que conta com cerca de 8 mil «capacetes azuis» e até ao presente gastou cerca de 700 milhões de dólares.

Em Angola, faltou-nos a experiência e os meios, foram muitas as facilidades, grandes os interesses e a guerra reapareceu, fazendo nos últimos dois anos um número de mortos superior aos dezasseis anteriores de guerra civil.

Carecemos hoje do empenho de todos para corrigirmos disfunções, ultrapassarmos desconfianças, diminuirmos interesses que buscam o ganho fácil e imediato, apenas possível em circunstâncias de guerra, e alcançarmos definitivamente os caminhos conducentes à paz.

Foi revogado em Junho de 1993 um dos pilares fundamentais de Bicesse, a chamada «cláusula tripla-zero». A existência desta impediu a venda de armas a quaisquer das partes em Angola. A sua eliminação pelos observadores ao Processo de Paz abriu as portas, de par em par, à compra de armas e à escalada de guerra. A sua reposição torna-se urgente e necessária.

Estamos hoje em Lusaka, decorridos seis meses do início das negociações. Resta apenas acordar sobre um dos pontos da agenda das negociações, a questão da «Reconciliação Nacional», por outras palavras a busca de um modelo participado de governação ao nível central e provincial.

Desde Dezembro de 1993 foram ultrapassadas as questões relativas ao dossier militar (princípios sobre o cessar-fogo e reconstituição do exército único nacional). A questão da polícia, a constituição de um corpo de polícia que trate, efectivamente, da segurança e ordem pública, porque, actualmente, nada existe. A conclusão do processo eleitoral (realização da segunda volta das eleições presidenciais). A definição do estatuto da UNAVEM III (reforço do contingente da ONU, a necessidade de «capacetes azuis» e a dotação de meios para uma real fiscalização e cumprimento do seu estatuto). Estamos a um passo da conclusão do processo negocial, mas as ofensivas e os bombardeamentos, por Luanda, recomençoaram e naturalmente, com esta prática cresceu a desconfiança.

Desde Janeiro de 1994, temos assistido a um recrudescer das actividades militares desencadeadas pelo MPLA. De novo as lógicas da guerra e as buscas de soluções militares a contrariarem a acção negocial e a adiarem soluções de paz.

Desde Setembro de 1993, a UNITA lançou o repto ao MPLA no sentido de ser decretado um cessar-fogo geral que criasse um melhor clima negocial. Chegámos, mesmo, a decretar um cessar-fogo unilateral e a adoptar, desde esta altura, uma atitude defensiva, de preservação e salvaguarda das áreas e populações em que nos encontramos. Ao nosso repto o Governo do MPLA nunca acedeu, inviabilizando até hoje o cessar-fogo geral tão necessário. Temos assistido, e o mundo conhece imagens dramáticas de bombardeamentos aéreos, utilizando todo um rol de armas químicas proibidas e napalm, que não poupam vilas, cidades e aldeias, distantes de quaisquer frentes militares, devastando populações civis indefesas, num completo desrespeito pelas convenções, que mesmo em situação de guerra devem ser respeitadas.

O recente processo negocial sul-africano encoraja-nos. Perante o risco do conflito e da violência, perante a hipótese da fragmentação do país, encontramos nos líderes sul-africanos maturidade bastante para ultrapassarem diferentes concepções ideológicas e diferentes modelos de sociedade. Deram as mãos e em conjunto iniciaram a caminhada do futuro.

Pretendemos do exemplo sul-africano transportar algum ensinamento. Em Angola, pela desconfiança, pelas feridas da guerra, pelo estado do país, pelas realidades específicas, urge, também, darmos as mãos e não praticarmos a exclusão de qualquer parte.

Na realidade de Angola, se não formos fortes, desaparecemos.

Se não pudermos interpretar, fazem-nos desaparecer. Os vícios de poder do MPLA não lhes permitem conhecer os valores da convivência, da tolerância e do respeito à diferença.

As democracias multipartimentares e de alternância são modelos que não se aplicam lá da mesma forma que cá. Simplesmente porque as realidades são diferentes.

Buscamos um modelo de equilíbrio representativo até que se possa usufruir, em Angola, de uma separação do Estado ao Partido, de uma separação de Governo ao Partido, porque Governo/Partido e Estado são realidades que não se devem confundir na mesma entidade. Buscamos a independência do poder judicial, a despartidarização da acção da polícia, enfim, buscamos direitos fundamentais dos cidadãos, de forma a que se possa organizar numa sociedade civil, participativa e influenciadora dos destinos do país, pondo fim a uma vivência de esquemas de corrupção, que atinge toda a hierarquia do poder, em Luanda, que se tem obstaculizado a que se caminhe mais rapidamente na direcção da paz.

É tempo de parar de morrer e começar a viver. Carecemos de ajuda e do empenho de todos, homens e mulheres. Ninguém se deve excluir. Participando, estão a ajudar-nos mas também a proporcionar-vos a oportunidade de juntos construirmos o futuro, que pretendemos de paz e desenvolvimento, em dignidade.

\* Representante da UNITA em Portugal. Intervenção, em Coimbra, a 4.6.94, no colóquio «Paz e Desenvolvimento».

# Bombardeamento no Huambo durante a visita à cidade do congressista Tony Hall

■ O Povo norte-americano quer ver os Angolanos nos caminhos da Paz e do Progresso

**HUAMBO** (Por Denis Kawindima) — Uma delegação norte-americana, chefiada pelo congressista democrata Tony Hall, do Ohio, efectuou uma breve visita de trabalho à cidade planáltica do Huambo, no passado mês de Abril, onde manteve contactos com responsáveis da UNITA, nomeadamente com o secretário para as Ajudas Humanitárias, Emanuel Halder Boris Mundombe, e o presidente da Câmara Municipal, eng.º Blanche Gomes, bem como com representantes das organizações internacionais que operam nesta região.

O congressista norte-americano, que é o presidente, em exercício, da Sub-Comissão da Câmara dos Representantes dos Estados Unidos da América para questões da fome, fez-se acompanhar por H.D. Schwartzendruher, Philippe Borel e Carlos Veloso, respectivamente, directores, em Angola, do Gabinete das Calamidades do Departamento de Estado, do PAM e da UCAH.

Enquanto a delegação americana efectuava visitas a algumas cozinhas públicas na cidade do Huambo, cerca das 11 horas, dois caça-bombardeiros do MPLA surgiram, nos céus da cidade, obrigando o comitê do congressista Tony Hall a

procurar refúgio junto de um dos prédios. Vários civis foram mortos e outras dezenas ficaram feridos, quando aqueles aparelhos militares bombardearam a zona do Kuando, situada a sete quilómetros a sul desta cidade.

No fim da sua visita ao Huambo, o congressista Tony Hall concedeu uma entrevista ao «TA», cujo conteúdo apresentamos na íntegra:

«TA» — Sr. Congressista Tony Hall: Acaba de efectuar uma breve visita ao Huambo. Pode dizer-nos como decorreu essa visita e os contactos mantidos?

**Tony Hall** — Bem, eu acho que correu bem. Estivemos com o Programa Mundial Alimentar e visitámos o centro católico de mais relevo e a Cruz Vermelha Internacional. A nossa missão foi, essencialmente, a de constatar como decorre o programa de ajuda humanitária e de como as mulheres e crianças estão a sobreviver, se estão a ser alimentadas e se as suas necessidades médicas estão a ser resolvidas. Esse é, realmente, o objectivo principal da nossa missão.

«TA» — É falando da ajuda humanitária, sabe-se que isso se enquadra na necessidade

dum acordo global de paz. Qual é o papel que o Congresso dos Estados Unidos, em particular, e o governo americano em geral, pode jogar para ajudar a acelerar o processo de paz?

**Tony Hall** — Eu acho que o Povo Americano e o Congresso, bem como o Presidente Bill Clinton, estão muito preocupados com a situação das populações de Angola. Nós queremos a paz. Queremos que as populações tenham trabalho, queremos que eles regressem ao campo para semente. Queremos que os seus filhos estejam alimentados, estejam saudáveis para levar a cabo uma vida produtiva. E eu creio que o Congresso e o Presidente dos Estados Unidos têm sido muito generosos, para com o Povo Angolano, no que toca à ajuda alimentar e outras formas de assistência humanitária. Mas, eu acho, também, que o Povo Americano está a ficar um pouco frustrado ao ver as pessoas matarem-se e a ferirem-se, pelo que quer ver o fim dos combates e das hostilidades.

É isso que nós realmente esperamos. Quando isso acontecer, a ajuda, destinada ao desenvolvimento do país, virá com certeza.

«TA» — Falando de pessoas a matarem-se umas às outras. Quando o Sr. Congressista visitava aqui as cozinhas públicas, os aviões de combate do MPLA sobrevoaram a cidade, foram bombardear o Kuando. Como é que se sentiu?

**Tony Hall** — Estive confuso quanto a isso tudo. Ouvi bombas a rebentar e armas anti-aéreas a disparar. Procurámos refúgio. Eu vi um caça-bombardeiro. Não podia compreender o motivo disso tudo.

«TA» — E finalmente Sr. Congressista, qual é a mensagem que deixa, para o Povo Angolano, qual é a mensagem que levam, convosco, para os Estados Unidos?

**Tony Hall** — A mensagem que eu deixo, é que o Povo Americano, o seu congresso, têm muito carinho para com o povo Angolano. Nós estamos muito preocupados com as necessidades humanitárias aqui, pois queremos que o povo leve a cabo uma vida pacífica e produtiva. Por isso, nós queremos a paz, tal como o Povo Angolano a almeja. A mensagem é que as populações, que cá se encontram, precisam de ajuda e esta é uma situação bastante frágil.

## Resíduos tóxicos na costa Angolana?

**LUANDA** (Por Miranda Pinto) — A costa angolana poderá estar, neste momento, a servir de depósito de resíduos tóxicos provenientes da Europa Ocidental, numa ameaça às populações do litoral do país. «Terra Angolana» soube, de fonte ligada às questões ambientais em Angola que, de facto, com o regresso ao regime de Luanda, têm vindo a ser depositadas e armazenadas nas costas do país consideráveis quantidades de cargas tóxicas.

Envolto em rigoroso sigilo, nos meios governamentais, o episódio envolve, como sempre, somas astronómicas. O caso, já de si preocupante, pode deslizar em graves consequências para tudo o que significa vida, se não se tomarem medidas urgentes, como a retirada dos resíduos e congelamento dos contratos.

A mesma fonte — integrante de um tímido movimento ecológico que começa a nascer no país — declarou, por outro lado, temer que Angola já esteja transformada num verdadeiro semitório de resíduos tóxicos e nucleares, com a agravante de, nesse sector, o Estado carecer de meios humanos (pessoal técnico, guardas e vigilantes), logísticos (instalações, frotas navais e comunicações), a par de um enquadramento jurídico-legal da matéria.

Sobre o papel e o trabalho preventivo que as organizações ecológicas no país poderiam desempenhar, a fonte diz ser praticamente difícil uma acção mais eficaz devido ao facto de tais organizações não disporem de «espaço de manobra». «Somos silenciados — refere — e alvo de perseguição política pelo regime de Luanda.» — Prossequindo: «Além disso, o MPLA nunca adquiriu a política ambiental como base de decisão, o que é grave, para melhor organizar os seus negócios escuros, não olhando a meios em busca de dinheiro para preservar o modo de vida da costa que dita as leis no país, em prejuízo real das populações inocentes.»

A concluir, lançou um aviso a todos os partidos, já que isso é uma questão de prioridade nacional, para que protestem sobre a utilização abusiva e nefasta que o regime faz da costa angolana em troca de uns poucos dólares. Ao mesmo tempo, apelou às organizações internacionais para que intercedam junto das instâncias de direito e ponham cobro a essa grave situação, que «trará custos dolorosos para o futuro não só de África como do Mundo.»

NOTÍCIAS AFRICANAS é uma publicação do CENTRO DE ESTUDOS AFRO-ASIÁTICOS, do Conjunto Universitário Cândido Mendes. Edição: Equipe do Programa de Estudos Africanos (Beluce Bellucci, Edson Borges, José Maria Nunes Pereira, Marcelo Bittencourt e Roquinaldo Amaral Ferreira). Apoio: Fundação Ford. Produção Gráfica: Hamilton Magalhães Neto (coordenação); Williams Neto (arte-final); Gisélia da Conceição e Sônia Maria (composição). Assinatura, correspondência e pedido de números atrasados devem ser encaminhados à (Subscriptions, correspondence and request for back issues made payable and addressed to): Sociedade Brasileira de Instrução — Centro de Estudos Afro-Asiáticos — Rua da Assembleia, 10/Conf. 501 — CEP 20119-900, Rio de Janeiro, RJ, Brasil — Tel. (021)531-2000/R. 259 e 531-2636, Fax (021)531-2155. — Assinatura anual (em dólar comercial): Instituições internacionais: US\$ 250,00; Instituições nacionais: US\$ 200,00; Pesquisadores: US\$ 100,00 — WE ASK FOR EXCHANGE.

SC

I M P R E S S O